

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A DINÂMICA DO EMPREGO NO SETOR DA INDÚSTRIA DURANTE A  
RECESSÃO ECONÔMICA DE 2014-2016 NO BRASIL**

**ENZO VIEIRA SOARES**

**MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO  
(TCCII)**

**Sant'Ana do Livramento**

**2024**

ENZO VIEIRA SOARES

**A DINÂMICA DO EMPREGO NO SETOR DA INDÚSTRIA DURANTE A  
RECESSÃO ECONÔMICA DE 2014-2016 NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para obtenção  
do título de Bacharel em Ciências  
Econômicas pela Universidade Federal do  
Pampa - UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Gomes  
Madruga

**Santana do Livramento**

**2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S676d Soares, Enzo Vieira

A dinâmica do emprego no setor da indústria durante a  
recessão econômica de 2014-2016 no Brasil / Enzo Vieira Soares.  
48 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Pampa, DOUTORADO  
EM CIÊNCIA ANIMAL, 2024.

"Orientação: Felipe Gomes Madruga".

1. Industrialização. 2. Crise. 3. Política . I. Título.

**ENZO VIEIRA SOARES**

**A DINÂMICA DO EMPREGO NO SETOR DA INDÚSTRIA DURANTE A  
RECESSÃO ECONÔMICA DE 2014-2016 NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Ciências Econômicas pela Universidade  
Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04 de dezembro de  
2024.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Felipe Gomes Madruga  
Orientador  
Unipampa

---

Prof. Dr. Carlos Hernan Rodas Céspedes  
Unipampa

---

Prof. Ms Igor de Menezes Larruscaim  
Unipampa

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de estar onde estou nesse momento e por ter me abençoado durante toda essa jornada. Agradeço a minha família pelo apoio e por acreditarem em mim desde o primeiro dia, por serem a minha maior motivação para seguir determinado e focado em concluir esse ciclo e a me ajudar a realizar um sonho.

Um grande obrigado ao meu orientador Felipe Madruga, por ter topado esse desafio, por ter tido muita paciência e compreensão no decorrer da monografia, sempre agindo com tranquilidade e seriedade durante esses quase 9 meses de projeto.

Agradeço aos professores da universidade que fizeram parte da minha trajetória nesses 3 anos e meio, por todos os ensinamentos diários, sejam eles no âmbito acadêmico ou no âmbito pessoal. Obrigado por todo o carinho e o respeito dos demais funcionários da Unipampa durante esse período.

Sou muito grato também por ter tido a oportunidade de dividir esse período de formação com grandes colegas. Não sou capaz de demonstrar o nível de respeito e de admiração que tenho pela história de cada um de vocês e pela coragem que tiveram em viver essa experiência, mesmo que longe de casa.

O meu agradecimento também a minha namorada e aos amigos que torcem por mim incessantemente, e que com certeza foram fundamentais para eu concluir essa caminhada através do apoio e da confiança que foi depositada em mim.

## RESUMO

Desde a industrialização no século passado, o Brasil vem oscilando economicamente, com algumas décadas de maior força, e outras mais enfraquecidas. A década passada foi marcada pela grande recessão econômica, que atingiu o país de 2014 até 2016. Assim, a presente monografia busca analisar o efeito que essa crise teve no emprego do setor industrial neste intervalo de tempo. Metodologicamente, o estudo é de abordagem quantitativa, a partir de uso do método indutivo. Dessa forma, foi realizado o uso de dados secundários, somado de uma pesquisa documental com o apoio de referências bibliográficas. Os resultados encontrados apresentam uma queda exponencial na ocupação do setor industrial no período da recessão econômica, registrando uma diminuição de trabalhadores na indústria brasileira nos anos analisados, em razão de fatores como as políticas industriais determinadas pelos governos e das decisões econômicas tomadas durante a crise, que contribuíram para a derrocada da dinâmica do emprego.

Palavras-Chaves: Industrialização, Crise, Política.

## **ABSTRACT**

Since industrialization in the last century, Brazil has fluctuated economically, with some decades being stronger and others weaker. The last decade was marked by the great economic recession, which hit the country from 2014 to 2016. This monograph seeks to analyze the effect that this crisis had on employment in the industrial sector over this period. Methodologically, the study takes a quantitative approach, using the inductive method. Secondary data was used, along with documentary research with the support of bibliographical references. The results show an exponential drop in employment in the industrial sector during the economic recession, with a decrease in the number of workers in Brazilian industry in the years analyzed, due to factors such as the industrial policies determined by governments and the economic decisions taken during the crisis, which contributed to the collapse in employment dynamics.

Keywords: Industrialization, Crisis, Policy.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

BACEN – Banco Central

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CSN – Companhia Siderurgica Nacional

EMBI+ – Emerging Markets Bond Index Plus

eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais,

Previdenciárias e Trabalhistas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC – Índice de Confiança do Consumidor

ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JK – Juscelino Kubitschek

NME – Nova Matriz Econômica

PIA – Pesquisa Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Programa Nacional de Desestatização

PTF – Produtividade Total dos Fatores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SCN – Sistema de Contas Nacionais

SP – São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.1 OBJETIVOS .....	10
<b>1.1.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>10</b>
<b>1.1.2. Objetivos Específicos</b> .....	<b>10</b>
1.2 JUSTIFICATIVA .....	11
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA</b> .....	<b>12</b>
2.1 Revolução Industrial.....	12
2.2 Industrialização no Brasil .....	13
2.3 Produtividade na Indústria.....	15
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>17</b>
<b>4 ANÁLISE DA CRISE ECONÔMICA DE 2014-2016 NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA</b> .....	<b>19</b>
4.1 Políticas Industriais Adotadas no Brasil .....	19
4.2 O Cenário Econômico Antes e Depois da Crise.....	24
4.3 O Emprego Industrial na Recessão Econômica .....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
REFERÊNCIAS.....	40

## 1 INTRODUÇÃO

A crise econômica que atingiu o Brasil no ano de 2014 foi um ponto importante que alterou o rumo do país nos anos subsequentes. A recessão é contextualizada por uma série de fatores que tiveram início no segundo governo presidencial de Dilma Rousseff, em especial através da constituição de políticas econômicas, como a Nova Matriz Econômica. Ao buscar inserir a Nova Matriz Econômica no início da década, a intenção do governo era, primeiramente, substituir o tripé macroeconômico que pairava no país desde o fim dos anos 90 (Giambiagi, 2016).

De acordo com Carvalho (2018), a nova política buscava elevar o crescimento econômico do país por meio de ideias que acabaram, posteriormente, culminando na grande recessão vivida a partir de 2014. O plano do governo era aumentar a demanda interna do país com uma alta nos gastos públicos, além de dar maior ênfase ao investimento. Para isso, reduziu as taxas de juros e buscou diminuir a taxa nominal do câmbio, dando uma maior possibilidade de aquisição de crédito.

O tripé macroeconômico começou a ser atuante no Brasil em 1999, com o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso. Carvalho (2018) aponta que o tripé consistia na imposição de um regime de metas de inflação, um câmbio flutuante e um controle da dívida pública, o que significava que a política macroeconômica buscava solidificar a taxa de inflação, além de também ter como foco o superávit visando diminuir a dívida pública do país.

Sawyer (2009) pontua que a política macroeconômica tem como principal meta a estabilidade da taxa de inflação, baseado no entendimento moderno de política macroeconômica, já assumido no momento da adesão ao tripé. A ideia do governo para adotar este conceito era de dar continuidade a recuperação econômica que estava em andamento no Brasil, a partir do Plano Real de 1994.

Ao aderir o tripé macroeconômico, o governo conseguiu com que a economia se estabilizasse o suficiente para reconquistar alguns agentes importantes que estavam afastados, como os investidores, ao mesmo tempo em que alcançava uma desinflação. Apesar disso, o crescimento econômico no período do tripé foi considerado fraco, com uma elevação média do PIB inferior aos anos anteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso (Oreiro, 2014).

No primeiro mandato de Lula, o tripé macroeconômico seguiu como a política a ser seguida no governo. Porém, ao se aproximar do fim do seu primeiro ciclo presidencial, Oreiro (2014) mostra que começou a existir uma flexibilização do tripé, não sendo tão rígido quanto no momento da sua anuência. Diferentemente de como era em seu início, onde o foco estava em uma estabilidade no nível de preços, agora, o objetivo também era de aumentar o nível de crescimento econômico, tendo em vista o insucesso nos primeiros seis anos desta política no quesito.

A mudança surtiu efeito, visto que no triênio seguinte, de 2006 a 2008, o nível do PIB real quase dobra, com uma mudança de 2,65% a.a para 5,07% a.a, segundo dados do IPEADATA. Todavia, mesmo com o aumento do crescimento econômico, o problema se torna a queda na taxa real de câmbio, que despenca em demasia no mesmo intervalo. Oreiro (2014) afirma que o resultado da combinação destes dois fatores é uma mudança no balanço de pagamentos do país, saindo de um superávit de 1,4% anterior a flexibilização, para um déficit de 1,56% ao fim do triênio 2006-2008.

Com um governo diferente do que aderiu ao tripé macroeconômico, e vendo que a flexibilização dele causou uma incoerência com uma das razões para sua criação – a de reduzir a dívida pública –, agora já na reta final de Lula II, surge uma nova política, a Nova Matriz Econômica. Ela seria capitaneada pela sucessora de Lula na presidência, Dilma Rousseff.

Já em seu início foi deixado claro a ideia de ter uma política mais novo-desenvolvimentista, além de contar, conforme Barbosa (2021), com uma política fiscal de intervenção do estado na taxa de investimento. A ideia novo-desenvolvimentista para o crescimento era de dar um protagonismo as exportações para atrair acúmulo de capital e de evolução tecnológica (Oreiro; Feijó, 2010).

O investimento também era plano central da nova política, com a pretensão de reduzir a taxa de juros, para facilitar o acesso ao crédito e acabar estimulando pequenas e grandes empresas nacionais a investirem, com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) tendo papel chave com a disponibilização de créditos subsidiados.

De acordo com Giambiagi (2016), a maior empresa privada do país, a Petrobras, foi chave para a adesão e a continuidade desta política, pois deu-se através dela a maior taxa do investimento nacional na época, sofrendo inclusive algumas alterações na sua forma de produção. Entretanto, não funcionou porque, segundo

Bacha (2015), foi-se exorbitantemente usado de recursos públicos, o que proporcionou a ascensão da taxa de investimento. Essa ascensão causou uma queda exponencial na produtividade total dos fatores (PTF), fazendo com que não houvesse um crescimento econômico, contrariando o pensamento de grandes economistas da história, como o de Robert Solow.

O estado como gerador de crescimento, como foi exemplificado, é algo comum na história recente do país. Desde a Era Vargas, com, inclusive a criação da própria Petrobras, já havia uma intervenção do estado na economia, sempre com o objetivo de viabilizar a industrialização. Mais a frente, durante o regime militar, também houve grande papel estatal no desenvolvimento com a indústria, tendo em vista que o governo possuía uma tendência desenvolvimentista (Baer, 2001).

A partir da revolução industrial de 1930 no Brasil, o setor da indústria se tornou um dos principais geradores de emprego no país. No recorte mais recente, quando pensamos no século XXI, nota-se que é a esfera que mais emprega trabalhadores, apesar do problema da desindustrialização assolar o país desde o começo da década passada. Porém, nesses quase 100 anos, essa tendência foi alternada com outros setores da economia. No governo de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956, o lançamento e a atuação do plano de metas foram essenciais para o crescimento da indústria e, conseqüentemente, do emprego industrial.

É durante o período conhecido como “milagre econômico”, que consistiu em um momento de crescimento exponencial da economia, com elevação do PIB, queda na inflação e uma paridade no balanço de pagamentos (Cardoso, 2013), que de acordo com Giambiagi (2005), notou-se um aumento nos investimentos privados na indústria de bens de consumo. Posterior ao milagre econômico, vem a considerada “década perdida”, se referenciando a década de 1980. O motivo foi pela série de crises que atingiram a economia no período, o que levou a indústria a tentar se remodelar.

Dentro das várias ideias de industrialização que tiveram poder político no Brasil até o momento exposto, naturalmente a sua grande maioria visava também aumentar o emprego. Na Era Vargas, logo após justamente a industrialização, a urbanização daqueles que viviam nas áreas rurais das cidades foi com o objetivo de ajudar as novas industriais atuantes no Brasil, o que acabou gerando muitos empregos formais, algo não tão comum na época (Fausto, 2014).

Outro momento chave foi o Plano de Metas de JK, que tinha a ideia de agilizar a industrialização que estava presente no país. Seu pensamento era de que quanto mais industrializado o país estivesse, maior seriam as oportunidades de emprego para a população. De acordo com o próprio Kubitschek (1975), sua intenção era aumentar o emprego e o crescimento de forma simultânea através de uma industrialização mais forte nos setores de energia, siderurgia e transporte.

Ambos os momentos foram importantíssimos pois, logo na largada, dentro dos trinta primeiros anos da revolução industrial, era imprescindível focar também na geração de empregos, para que a economia seguisse crescendo e a população conseguisse uma melhor condição de vida, seja ela saindo do campo, como foi na Era Vargas, ou seja ela já na cidade, com oportunidades inéditas de evoluir junto do país.

No entanto, uma má utilização das políticas adotadas pode acabar causando uma instabilidade em todos os setores da economia. Um dos principais, pode-se dizer que é o fechamento de empresas, devido a crise gerada pelo uso prejudicial dessas políticas. Com empresas se fechando, conseqüentemente os empregados também acabam afetados com suas demissões. Até mesmo empresas que se mantenham ativas, podem optar por fazer um corte de gastos e acabar demitindo funcionários. E, quando se trata do emprego industrial, os números de desempregados com as crises são enormes.

O governo de João Baptista Figueiredo, logo em seus primeiros meses, adotou uma política de controle monetário, com o objetivo de desacelerar a economia, como forma de resposta as mudanças dos termos de troca pelo choque do petróleo – um aumento substancial dos preços para importação –, como mostra Cardoso (2013). O que não deu certo muito pela alta dependência que o país tinha do petróleo naquele momento, e acabou pressionando a balança comercial brasileira, ocasionando em um descontrole inflacionário e em uma queda no nível de emprego industrial que levou anos para se reerguer.

No início dos anos 2000, com o governo Lula e com políticas de incentivo a indústria, ajudou a alavancar o setor, o que naturalmente atraiu mais empregos para a economia, contudo, na década de 2010, surge um novo obstáculo para esse crescimento, que é a grande recessão econômica.

Dado todo o contexto supracitado, no período da grande recessão econômica, quão afetado foi o emprego no setor industrial brasileiro?

No prosseguimento do trabalho, será apresentada a organização dele em seções: A primeira sendo a introdução referida, seguida dos objetivos da monografia, o geral e os específicos. Em sequência desta, irá ser apresentada a justificativa para a escolha do tema, com a sua revisão bibliográfica vindo a seguir, acompanhada posteriormente da metodologia usada como base para alcançar a próxima seção, que irá mostrar os resultados da pesquisa. A última seção vai mostrar as referências utilizadas no decorrer da monografia.

## **1.1 OBJETIVOS**

Aqui, serão abordados os objetivos da monografia. Respectivamente, o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos.

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar a recessão econômica de 2014-2016 no Brasil pela ótica do emprego no setor industrial.

### **1.1.2. Objetivos Específicos**

- a) Descrever as políticas industriais implementadas no país e seus resultados.
- b) Descrever a conjuntura econômica pré e pós recessão econômica, datada como o período entre 2014 e 2016, e os fatores apontados para sua causa.
- c) Apresentar quais foram os efeitos da recessão econômica sobre o emprego industrial.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo proposto justifica-se ao analisar o setor industrial, uma das principais esferas que buscam fortalecer o crescimento econômico do país, e a crise na economia brasileira, essa, uma das maiores da história, vivenciada na década passada. Sendo um dos principais setores, a indústria naturalmente gera muitos empregos formais, porém, em um momento de crise, pode acarretar uma grande variação nos vínculos empregatícios.

As políticas industriais estudadas serão importantes para dar a noção e o contexto que antecede a crise, assim como de tentar entender como se chegou ao nível de grande recessão através dessas ideias, além de ver a forma que a decisão da política escolhida alterou o rumo econômico do país. Ainda dentro do tópico de políticas industriais, é atraente pesquisar e desvendar o funcionamento teórico e prático das políticas dos “campeões nacionais” e da política de “substituição de importações”.

O período escolhido foi definido por ser o triênio de maior crise na economia brasileira em um longo tempo. De acordo com a variação real do PIB, divulgada pelo IPEADATA, no intervalo entre 1990 e 2020, os anos de 2015 e 2016 estão entre os três piores anos de desempenho econômico, com uma variação real de -3,55 e -3,28, respectivamente.

Já no âmbito pessoal, analisar o nível de emprego na indústria brasileira quase um século após o início da revolução industrial no país, cujo momento é um divisor de águas para a economia nacional, é atrativo para entender o que se passou no Brasil desde o momento da industrialização, com uma imediata elevação do emprego, até o status que se encontra após uma grande recessão econômica.

Isso se torna ainda mais chamativo quando se supõe que, segundo Baer (2001), a não industrialização do Brasil faria com que o crescimento econômico fosse demorado, causando dificuldades ao enfrentar instabilidades econômicas. Portanto, é de suma importância entender o momento vivido de 2014 a 2016 analisando tanto o emprego quanto a indústria.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA**

Nesta etapa da monografia, será apresentado o referencial teórico tomado como base para a execução do estudo. Em um primeiro momento, será feita uma curta contextualização da revolução industrial no mundo, seguida de como foi elaborada a industrialização no Brasil. Depois, será alvo de ponderação a produtividade na indústria e seus efeitos no dinamismo econômico.

### **2.1 Revolução Industrial**

Pode-se considerar, segundo Mokyr (1990), que os avanços tecnológicos oriundos da revolução industrial, foram fator chave para a transformação econômica no mundo, o que ajudou a constituir um amplo crescimento econômico para os países que fizeram parte do processo. Porém, para melhor contextualização, é necessário ponderar o que acontecia no mundo antes da revolução, e a forma de crescimento econômico da época.

O principal fator produtivo das economias mundiais antes da industrialização era a agricultura. Contudo, depender da agricultura não era sustentável e nem ideal para países que visassem obter um crescimento econômico mais dinâmico. Mokyr (1990), além de citar sobre os avanços tecnológicos, comenta sobre como os bens de capital fortaleceram a elevação produtiva das economias industrializadas.

A agricultura, por outro lado, não agregava produtivamente para os países, por ser um meio de produção que exigia muito do trabalho braçal, o que acabava por limitar o seu efeito econômico, além também de depender de outras variáveis que as nações envolvidas não tinham controle, como, por exemplo, a condição climática. Então, com esses impeditivos, era inviável ter um crescimento econômico exponencial, como era preciso.

Com o surgimento da revolução industrial, conforme Landes (1969), os grandes países puderam observar que com uma série de inovações, seja no âmbito locacional ou no âmbito tecnológico, a economia nacional estava com maior dinamismo e com maior nível de crescimento, quando comparado ao período anterior, o que ocasionou em um melhor padrão de vida para a população.

A revolução industrial tomou forma entre os séculos XVII e XIX, com distintas etapas em seu decorrer (Landes, 1969). A primeira delas teve início na Inglaterra, pelas máquinas a vapor, que ocasionou no crescimento urbano do país, além da inovação com a criação de novas fábricas. A segunda traz a eletricidade e avanços em meios de transporte e na siderurgia, o que seria fundamental para a industrialização brasileira mais à frente.

A revolução foi chave para se ter uma melhor noção da produtividade do trabalho, pois segundo o modelo de Robert-Solow, uma melhoria na tecnologia iria construir um maior nível de produtividade, ao mesmo tempo em que adquirir bens de capital como máquinas, também aumentaria a acumulação de capital de um país (Gonçalves, 2013).

Segundo Veloso et al (2013) a discussão dá conta de questionar se o país cresce mais depressa por ter um maior investimento ou se por haver uma grande eficiência produtiva. Então, são expostas três teorias distintas sobre o crescimento acelerado. A primeira é de que o aumento do investimento é o motivo do crescimento acelerado. A segunda, o motivo seria por ter uma grande eficiência produtiva. A terceira seria um misto de ambas, acreditando que seria a junção das duas ideias em uma só.

Antes da revolução industrial, Villela (2013) aponta que o crescimento econômico no período agrário resultava apenas em uma alta na população, e não em um maior nível de renda ou riqueza. Então, assume-se que, com a revolução industrial, o índice da renda per capita começou a se elevar, e se tornar, de fato, um ponto importante sobre o desenvolvimento econômico dos países.

E é a partir da revolução industrial, no longínquo século XVIII, que as nações começaram a avançar tecnologicamente, sair da fase agrícola, e aumentar a renda da população através de um maior nível de produtividade, com os trabalhadores – começando a sair do setor rural para o setor urbano – tendo a possibilidade de melhorar suas condições de vida.

## **2.2 Industrialização no Brasil**

Após a revolução industrial ter alcançado parte do mundo, foi a vez do Brasil de procurá-la. Villela (2013) faz uma comparação do processo de industrialização

brasileira com o processo inglês. Ele cita que em ambos os países a revolução fortaleceu o crescimento econômico, além de uma alta da urbanização, o que trouxe consigo mais possibilidades de produção, com a adição de novos trabalhadores. Todavia, o autor também cita as diferenças, como a diferença do crescimento do PIB per capita nos dois países. Enquanto na Inglaterra, não se notou uma grande alteração, no Brasil foi o oposto, com uma grande elevação no crescimento econômico brasileiro.

A outra diferença apontada por Villela se dá em como o país europeu era mais modernizado que o Brasil, exemplificado pelo próprio através do uso de energia e da manufatura, entre outros. Durante o lento processo da industrialização, ele assume que um dos motivos deste atraso se deu pelo setor primário-exportador do país continuar sendo muito relevante para a mudança da economia agrária para a industrial.

Alguns dos fatores que antecederam a revolução industrial e a fortaleceram incluem o desenvolvimento da indústria têxtil, a instalação de um sistema de transporte ferroviário, e uma classe média mais participativa na reta final do século anterior (Bresser-Pereira, 2003). Outro contexto relevante para a industrialização de 1930 foi, de acordo com Baer (2014), a Grande Depressão de 1929, que expôs a fraqueza do Brasil ao ainda ser muito dependente da exportação de café. De acordo com Suzigan (2000), o objetivo da revolução industrial foi de transformar uma economia agrária em uma economia mais urbana, buscando uma maior variação econômica, sendo essa também uma das ideias de Getúlio Vargas, peça chave para a industrialização. A indústria iria substituir o café como o destaque da economia nacional (Villela, 2013).

A industrialização brasileira ficou conhecida como a industrialização por substituição de importações, já que passou a produzir internamente os produtos que antes o país importava (Souza, 2007). Essa produção seria responsabilidade, então, do setor privado. A intenção do governo Vargas nesse quadro era de estimular a economia local, através de uma produção interna, assim evitando gastos com importações, inclusive a partir de intervenção estatal, como foi com a criação de tarifas para os produtos vindos do exterior.

De acordo com Furtado (2007), a industrialização agilizou a urbanização daqueles que eram trabalhadores agrários, muito pelas oportunidades de emprego

obtidas através da criação de novas indústrias, o que elevou o número de vagas disponíveis no mercado de trabalho. O crescimento industrial se fortaleceu justamente a partir deste momento de urbanização, pois foi desse ponto em diante em que a população estava concentrada de fato nas cidades, que a economia se diversificou, um dos objetivos do governo de Vargas.

Segundo Souza (2007), a implementação da indústria de base e a dinamização do mercado interno foram chaves para o processo de industrialização do Brasil. A indústria de base teve seu início em 1937, ano em que se instaura o “Estado Novo”, onde o governo não encontrou desafios para a criação de novas políticas econômicas. A partir de então, ocorre um crescimento no nível de influência do estado na economia.

Com relativa facilidade no âmbito político, Vargas criou empresas estatais nos anos subsequentes. Foram elas: a Companhia Siderúrgica Nacional, e a Companhia do Vale do Rio Doce. A primeira seria a empresa que a ajudar na parte siderúrgica da indústria sem que tivesse uma dependência de outros países. A segunda seria um complemento a primeira, já que ela era usada para a parte de mineração, tendo ligação direta com a siderurgia. No Governo Vargas, entre 1930 e 1945, a economia brasileira teve uma grande elevação, demonstrado pelo PIB per capita do país, que cresceu mais do que nos 40 anos anteriores a industrialização (Veloso et al, 2013).

Com base em Ferreira (2013), após o fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico do Brasil viveu seu melhor momento, com um aumento exponencial na renda per capita. Porém, esse aumento foi interrompido por uma desaceleração no crescimento já no início da década de 1980. Após o atraso sofrido na época, foram só cerca de vinte anos depois que a economia conseguiu minimamente se recuperar, com o governo de Fernando Henrique de Cardoso, seguido dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o que precedeu o momento que crise que se instaurou durante o mandato de Dilma Rousseff.

### **2.3 Produtividade na Indústria**

Bonelli (2005) define produtividade como a capacidade máxima de usar os recursos disponíveis para a produção de bens e serviços. Solow (1957) fundamenta a Produtividade Total dos Fatores (PTF) para se tornar um medidor de avanço tecnológico, sendo mais eficaz que a produtividade, pois considera outras variáveis

não aplicadas em outras teorias. A PTF é um elemento do produto total da economia que não é explicada pelo capital total e nem pela força de trabalho (Gonçalves, 2008).

Com base em Solow (1956), o modelo de Solow visa conectar trabalho, capital e tecnologia com o crescimento econômico de um país. Dentro desta teoria, o progresso tecnológico é a chave para a elevação da economia, mesmo que esta que não tem o avanço da tecnologia possua a oportunidade de crescer de maneira mais veloz que uma economia mais desenvolvida. Ainda na teoria, o crescimento da renda per capita é dependente do progresso tecnológico, assim como funcionou durante a primeira revolução industrial.

Quanto a PTF, Solow (1957) aponta que ela é fundamental para o crescimento da economia no longo prazo. Isso é com base de ter o progresso tecnológico como a diferença de uma produtividade razoável, para uma produtividade de alto nível. A PTF se torna mais valiosa para medir a eficiência da economia, já que ao passar dos anos o capital acaba perdendo o seu valor, o que causaria uma possível variação na produtividade econômica.

A PTF no Brasil apresentou uma estagnação dentro do período da recessão econômica. Além da queda do PIB total do país, houve também uma inconstância na eficiência produtiva, o que reduz a PTF. O baixo investimento em tecnologia e em inovação pode ser considerado um motivo para esse declínio, somado a problemas de infraestrutura e de decisões políticas.

A evolução da produtividade no Brasil pode ser considerada inconstante. Ela é apresentada por momentos de grande crescimento, como no período de JK e seu plano de metas, e por grandes quedas, como nos anos 1980 por causa da hiperinflação vivida no país.

A produtividade na indústria por uma ótica mais recente, sofreu uma variação desde o início do século. Em um primeiro momento desempenhou em bom nível, dando continuidade a tendência do fim da década anterior, contudo, foi altamente afetada após os acontecidos da crise de 2008. De lá até 2013, o ano anterior a recessão econômica, a produtividade entrou em queda, muito em razão, segundo Bresser-Pereira (2009), da valorização da moeda brasileira, o real, em comparação ao dólar, o que propiciou um aumento no preço das exportações, diminuindo a demanda pelos produtos industriais do Brasil.

Se compararmos a produtividade na indústria com a produtividade agrícola, para se ter como referência os dois setores que eram chave da economia nacional, a agricultura vem em uma crescente nos últimos anos, em especial pelo comércio internacional, que exporta uma série de produtos do setor. A indústria, como mostrado, esteve em declínio e buscava se recuperar até o ocorrido da grande recessão.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa busca explicitar ao leitor os módulos empregados no estudo para atingir os objetivos previamente estabelecidos (Lakatos; Marconi, 2010). A monografia em evidência trata-se de utilizar o método indutivo visando alcançar o resultado da investigação. Abordado por Marconi e Lakatos (2003), o método indutivo tem o objetivo de chegar a conclusões cujo alcance se revela significativamente mais abrangente do que as premissas que lhes serviram de fundamento.

No método indutivo, existem três fases para a realização da indução. A primeira trata sobre a observação dos fenômenos, etapa inicial em que é feita a análise do fato e com o objetivo de descobrir as causas de sua manifestação (Lakatos; Marconi, 2003).

A segunda fase consiste em desvendar a conexão entre os fenômenos estudados. O objetivo é buscar uma semelhança entre eles para analisar de melhor forma ambos os fatos, sejam eles correlacionados ou não.

A terceira e última etapa é a de generalização da relação. Nela, ocorre a ampliação da relação identificada na segunda fase para assimilar os fenômenos dos fatos paralelos, incluindo os que ainda não foram observados e outros que são impossíveis de observar.

O método é classificado como uma análise de caráter explicativo, que, de acordo com Gil (2002), tem como intuito identificar causas que determinam ou colaboram para a ocorrência de fenômenos. No presente estudo, para além disso, ele irá examinar o que foi preponderante para a ocorrência de tal fenômeno tendo como enfoque o emprego na indústria e os efeitos sofridos na empregabilidade em razão da crise econômica abordada.

A abordagem utilizada é a quantitativa, que toma como princípio a utilização da coleta de dados para assimilar os fenômenos, averiguar as hipóteses da pesquisa e conjecturar resultados. Segundo Lakatos e Marconi (2010), a escolha da abordagem, seja ela quantitativa ou qualitativa, deve estar estruturada com o estudo, baseado nos objetivos e na problemática do tema discutido.

O tipo de análise feito será de acordo com o que cada objetivo específico busca examinar. No primeiro, será feita uma pesquisa documental de fontes bibliográficas. No segundo, a análise usará como base dados secundários, através de estatísticas descritivas, e, também com base de pesquisas bibliográficas. As variáveis utilizadas incluem o PIB real do Brasil, o IPCA, a participação da indústria no PIB, entre outros.

No terceiro e último objetivo, será utilizada novamente a pesquisa documental com o auxílio de referências bibliográficas. As variáveis utilizadas incluem dados como a quantidade de vínculos ativos nos anos analisados e o número de empresas industriais com ao menos uma pessoa ocupada.

A pesquisa bibliográfica, que será o tipo de análise a ser mais empregado no trabalho, procura a solução do problema apresentado através de referenciais teóricos já publicados. Essa técnica de pesquisa contribui para entender de melhor forma a temática tratada.

## **4 ANÁLISE DA CRISE ECONÔMICA DE 2014-2016 NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA**

Neste segmento serão apresentados os resultados oriundos da coleta de dados com a finalidade de analisar o emprego e o setor da indústria no Brasil entre 2014 e 2016. Dentro da análise dos resultados, a análise será dividida em três subseções. A primeira irá tratar de apresentar as políticas industriais atuantes no país em perspectiva histórica. Na segunda subseção, será feita uma apresentação da conjuntura econômica do período 2014-2016, período este marcado por um processo de acentuada perda de renda econômica. Por fim, serão expostos os efeitos que a grande crise teve no emprego industrial.

### **4.1 Políticas Industriais Adotadas no Brasil**

Essa subseção irá buscar identificar as políticas industriais executadas no Brasil e os resultados destas, com o intuito de explorar como o país chegou na grande recessão econômica de 2014-2016. Será realizado um corte temporal das políticas aderidas no Brasil desde 1930, partindo do governo de Getúlio Vargas até o governo de Dilma Rousseff.

Conforme Canêdo-Pinheiro (2013), as políticas industriais são um conjunto de ações que buscam modificar os mecanismos produtivos da economia, para que haja um impulsionamento na produção e no desenvolvimento tecnológico em alguns setores específicos. O mecanismo produtivo da economia consiste nos recursos necessários para a produção dos bens de uma economia.

Essas políticas podem ser diferenciadas entre políticas horizontais e políticas verticais. Políticas horizontais são políticas que possuem uma maior ênfase no crescimento econômico. De acordo ainda com Canêdo-Pinheiro (2013), a abertura de mercado é essencial para o sucesso das políticas horizontais, que também ajudam a aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, além de promover a inovação e a redução das desigualdades sociais, através de possibilitar o uso de maiores recursos eficazes.

Políticas verticais são políticas que se concentram em fortalecer setores específicos da economia. O foco é trabalhar em pontos estratégicos, para promover o

desenvolvimento de maneira mais facilitada. Como aponta Canêdo-Pinheiro (2013), o uso de políticas verticais significa que o governo tem o poder de interferir nos principais setores da economia usando como justificativa a preocupação com o crescimento econômico.

A maior e principal diferença entre as duas é que a política horizontal opera com todos os agentes econômicos, enquanto a política vertical visa apenas agentes que podem gerar um maior crescimento econômico, sendo assim, não trabalhando com todos os setores. Na visão do autor, ambas as políticas industriais deveriam coexistir para um melhor desempenho da economia.

As políticas verticais possuem um maior protagonismo no governo Vargas, com a grande industrialização do final dos anos 1930. De acordo com Fausto (2013), é nesse momento em que o país passa de uma economia agrária para uma economia industrial. O uso de políticas verticais permitiu a criação e o desenvolvimento de grandes empresas nacionais, que foram fundamentais para o sucesso do processo de industrialização do Brasil.

O governo Vargas é o primeiro governo a utilizar das políticas verticais. O modelo de substituição de importações, uma das principais ideias de Getúlio Vargas, é apontado como uma política vertical devido a especificidade e o intuito que se tinha na instauração do modelo, que era o de buscar uma maior industrialização no país. Além disso, ainda durante a Era Vargas, a criação de empresas como a CSN também mantinha a ideologia das políticas verticais.

A política de substituição de importações visava diminuir a dependência brasileira de produtos estrangeiros, ao mesmo tempo que buscava fomentar a indústria nacional, segundo Souza (2007). Sua criação vem com uma barreira tarifária para desestimular as importações nacionais e com subsídios do governo para estimular a produção interna. Essa política resultou em uma rápida industrialização e maior crescimento econômico, correspondendo aos objetivos do governo Vargas, sendo um momento chave para o desenvolvimento da economia brasileira.

Após esse período, o próximo marco das políticas industriais é no governo de Juscelino Kubitschek. A principal ideia do governo JK era o Plano de Metas, que consistia em um rápido avanço econômico através de setores específicos da economia, um sinal claro de política vertical de acordo com Baer (2008). O

investimento no setor da indústria automobilística, que foi um destaque do período, pode ser apontado como uma medida de política vertical.

Os resultados do Plano de Metas tiveram um efeito positivo pela aceleração da industrialização. A partir daquele momento a indústria entrou em uma ascensão pela instalação de empresas internacionais no país, gerando também maiores oportunidades de emprego no setor. O aumento na dívida do Brasil no período é apontado por Baer (2017) como efeito negativo do Plano.

A utilização de políticas verticais se mantém dominante no Brasil. Após o governo de JK, durante o regime militar, essa dominância só aumenta. De acordo com Baer (2008), o período se assemelha a Era Vargas no que tange as políticas industriais adotadas. Os governos do período continuam a concentrar suas ideias nos setores específicos, como o fomento de empresas siderúrgicas e a criação de mais empresas estatais, sempre tendo como objetivo final o crescimento econômico.

Em busca de uma alteração no ambiente econômico do país que havia passado por uma crise nos anos 1980, o governo Collor marca um momento em que a política horizontal é adotada no país, já na década de 1990. O mercado brasileiro se manteve fechado e protecionista por longos anos, no entanto, conforme Baer (2008), a partir desse ponto começa a se transformar em um mercado aberto, visando uma maior globalização.

O governo de Collor, no período inicial da mudança, acabou com as barreiras tarifárias atuantes na economia, tendo como objetivo, segundo Giambiagi (2005), aumentar a competitividade da indústria nacional, um dos princípios da política horizontal. Além disso, buscou reduzir a participação do estado na economia por meio de privatizações que foram concluídas em governos posteriores, como a do Vale do Rio Doce.

Apesar da mudança na política industrial, o governo de Collor não alcançou a recuperação econômica, pelo contrário, o país se encontrou em uma situação ainda mais obscura após seu impeachment. O momento da saída de Collor da presidência ocorreu quando a inflação registrava uma das maiores altas da história do Brasil, como aponta Giambiagi (2005), enquanto escândalos de corrupção no seu mandato causavam uma incerteza no mercado internacional.

Após a saída de Collor, Itamar Franco é quem assume a presidência. O surgimento do Plano Real, formulado junto de Fernando Henrique Cardoso foi o

momento de virada da década. O Plano Real consistia, segundo Filgueiras (2006) em buscar uma estabilização econômica e controlar a crise inflacionária que assolava o país no momento, além da criação de uma nova moeda, o real.

Embora o objetivo principal do mandato de Itamar Franco fosse restaurar a estabilidade econômica, o Plano Real permitiu o prosseguimento da iniciativa de abertura do mercado brasileiro e do aumento da competição na indústria, segundo Baer (2008). Esse foi considerado o momento de transição para se tornar um país com maior uso de políticas horizontais, fugindo da tendência das décadas passadas.

O governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso foi um marco para as políticas horizontais. Suas principais ideias de transformar a política industrial brasileira apresentavam semelhanças com as de Collor e Itamar, com a já citada privatização e a abertura comercial. Diferentemente dos seus antecessores, FHC obteve maior sucesso nesse quesito. Conforme Baer (2008), a concepção de globalizar a economia nacional contribuiu para dar seguimento a alteração da política industrial predominante no país.

A criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), de acordo com Giambiagi e Pinheiro (2006) acelerou o processo de alteração para uma política de viés horizontal, pois é a partir das privatizações que o estado perde protagonismo na economia, retirando os ideais do tipo de política industrial anterior. Ao realizar uma série de investimentos em infraestrutura e tecnologia, o governo de FHC contribuiu para o aumento da produtividade das industriais nacionais. De acordo com Filgueiras (2006), entende-se que o governo de FHC é o período de maior aprofundamento e uso de políticas horizontais na história do Brasil.

O governo seguinte de Luiz Inácio Lula foi marcado por um misto de política vertical com política horizontal. Contrariando a série de privatizações de FHC visando diminuir a participação do estado, o governo Lula optou por manter uma intervenção estatal na economia. A abertura do mercado comercial se manteve juntamente da globalização como foco do novo governo. Houve também um maior investimento em exportações devido ao boom das commodities do início da década, conforme aponta Giambiagi e Pinheiro (2006).

Apesar de manter a ideia de política horizontal de FHC, Lula também utilizou muito da política vertical, segundo Giambiagi (2019) o uso do Banco Nacional de Desenvolvimento como possibilidade de crédito a empresas, as transferências de

renda, como no Programa Bolsa Família, e uma maior atenção a setores específicos como o de energia apontam uma participação estatal, o que ajuda a caracterizar um tipo de política vertical.

Ao chegar na década de 2010, o governo agora é de Dilma Rousseff. A criação do Plano Brasil Maior, segundo o MDIC (2011) tinha foco no aumento da competitividade da indústria, com a diferença sendo uma maior abrangência da área da tecnologia e da inovação, temas que estavam em alta no início dos anos 2010.

Tanto no governo de Dilma quanto no de Lula, é utilizada a política de “campeões nacionais”. Essa política vertical buscava colocar as principais empresas nacionais no primeiro patamar mundial, utilizando do BNDES para isso, através de créditos e subsídios. Contudo, como aponta Bresser-Pereira (2018) a ideia falhou, pois acabou reduzindo a competitividade interna, o que era um princípio dos próprios governos.

No governo Dilma, segundo Giambiagi (2015), o Brasil voltou a ser um país com maior intervenção estatal e focado em setores específicos da economia, demonstrado pela política econômica escolhida pelo governo. A Nova Matriz Econômica, que foi um ponto chave no contexto da grande crise tinha a ideia de uma maior intervenção do estado na economia por meio de uma política de controle de preços.

De acordo com Bresser-Pereira (2015), o aumento nos gastos públicos, fator determinante para a recessão de 2014-2016, também era um princípio da Nova Matriz. Com a ideia de reduzir a taxa de juros e de desvalorizar a taxa de câmbio, o principal objetivo era incentivar o consumo interno para impulsionar o crescimento econômico do país.

Um exemplo que mostra como essa ideia falhou é que governo acabou assumindo o controle de grandes empresas nacionais, como a Petrobras, adotando uma política de controle de preços com o objetivo de controlar a inflação por meio do preço do combustível. De acordo com Giambiagi (2019), essa política contribuiu para a chegada da grande recessão econômica, pois a Petrobras entrou em uma grande crise por vender produtos por um preço abaixo do seu preço de mercado, causando um déficit de difícil recuperação.

Como aponta De Bolle (2016), o aumento dos gastos públicos sem o retorno esperado gerou um déficit nas contas do governo que foi apenas piorando com o

decorrer do tempo. Sem uma solução eficiente para reduzir o prejuízo, alguns dos principais indicadores econômicos, como a taxa de crescimento do PIB, já apresentavam sinais de uma forte crise que se aproximava do país.

O segundo mandato de Dilma Rousseff já é quando a recessão atingiu o país. Após um primeiro governo com aumento nos gastos públicos, desta vez a ideia de Dilma era de reduzi-los. No entanto, como Giambiagi (2017) aponta, essa medida foi falha, e sua adesão logo foi substituída por uma política ainda mais de intervenção estatal. Com a problemática da recessão, o governo foi incapaz de implantar com sucesso as políticas verticais que pensava ser ideal para o momento.

Em 2016 Dilma deixa a presidência para Michel Temer assumir. O governo de Temer volta a aderir políticas industriais do tipo horizontal. A tentativa de uma nova série de privatizações - uma tendência de política horizontal - marcou a busca pela recuperação econômica juntamente de uma política de corte nos gastos públicos. Giambiagi (2019) apresenta que o governo de Temer conseguiu a estabilização da economia, mesmo que lenta, após um grave momento na história do país através das ideias supracitadas.

## **4.2 O Cenário Econômico Antes e Depois da Crise**

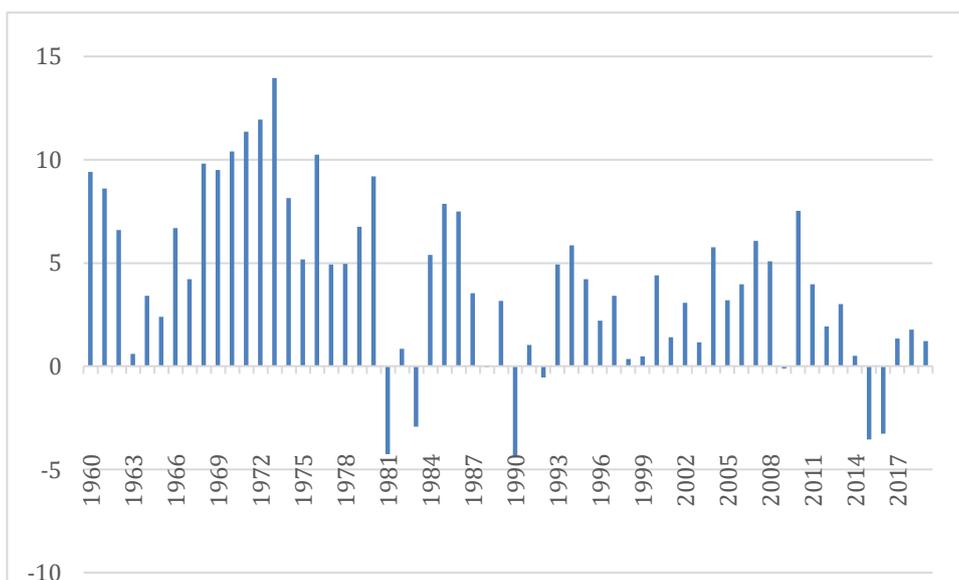
A presente subseção vai tratar de apresentar o cenário da economia nacional durante o período da crise de 2014 a 2016. Será feito um corte temporal mais amplo visando abordar se os indicadores econômicos já apresentavam sinais negativos antes da forte queda no nível de renda. A análise será feita principalmente considerando a variação do PIB dentro do período e a participação dos setores da economia dentro desse indicador.

A recessão econômica de 2014-2016 é uma das maiores crises da história do país. O período foi o de menor crescimento econômico em décadas, além de ter apresentado uma grande queda nos principais aspectos da economia, como no PIB, além de índices históricos de desemprego. No âmbito fiscal, um excesso de gasto público ocasionou em uma alta inflação e em uma queda acentuada no consumo das famílias.

A figura 1 apresenta a taxa de crescimento real do PIB desde 1960, mostrando a dimensão da crise econômica enfrentada no triênio 2014-2016. Na figura percebe-

se que o nível de crescimento é um dos menores da história do país, sendo comparado a crise da década de 1980 com a “década perdida” e ao Plano Collor de 1990.

**Figura 1 – Taxa de Crescimento Anual do PIB do Brasil entre 1960 e 2019 (%)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA – SCN (2024)

O Brasil, conforme discutido anteriormente, atravessa episódios recorrentes de crise. No início dos anos 2000, o país vivenciou um período de relativa estabilidade econômica, marcado por crescimento econômico em um ambiente de baixa inflação. Contudo, a crise financeira que emergiu nos Estados Unidos em 2007-2008 trouxe novos desafios para a economia brasileira.

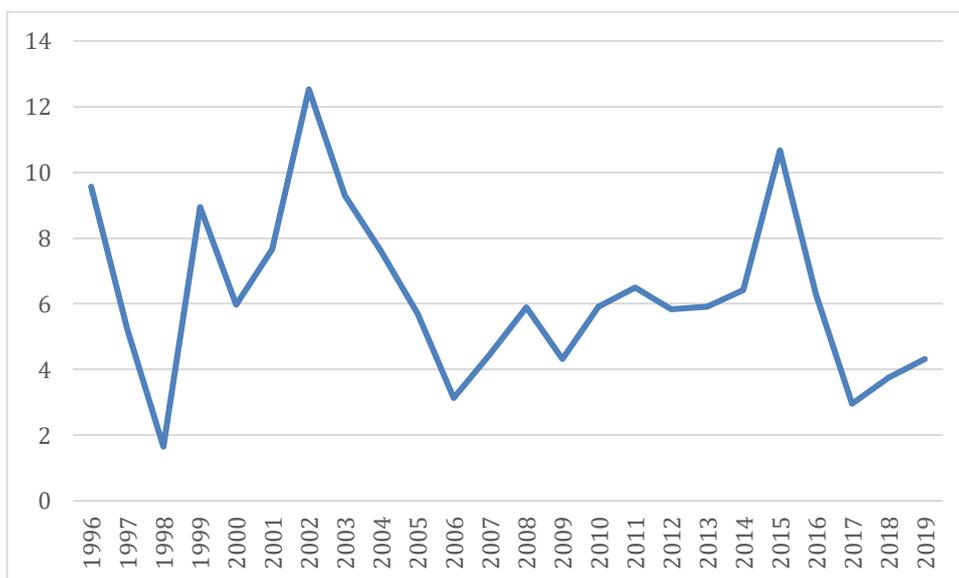
O Brasil já estava correndo riscos de enfrentar uma grande crise quando é feita uma análise mais profunda da situação econômica em que o país vivia no início da década. Um dos fatores preponderantes foi a expansão de gastos públicos, sendo essa uma das ideias principais da Nova Matriz Econômica.

De acordo com De Bolle (2016), o plano de utilizar uma política fiscal expansionista tinha a intenção de aumentar o investimento público para aumentar o PIB nacional. O grande problema, ainda segundo De Bolle (2016), foi que o país não arrecadou o suficiente para manter o nível de crescimento, o que gerou um déficit nas contas fiscais.

Outro fator relevante para a chegada da grande recessão foi o problema inflacionário que atingiu o país. Durante a política da NME, uma das medidas do plano era de reduzir a taxa Selic visando incentivar o crédito e o consumo da população. O resultado foi falho, pois, segundo Giambiagi (2015), a redução da taxa de juros também causou uma desvalorização do real brasileiro, o que contribuiu para uma maior inflação. O Banco Central já havia perdido o controle da inflação, o que causou uma maior incerteza do mercado internacional para investir no Brasil.

A figura 2 apresenta a taxa de variação Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em relação ao ano imediatamente anterior. A figura destaca como o ano de 2015, principal momento da recessão econômica, registra a maior taxa de inflação desde 2002.

**Figura 2 – IPCA em relação ao ano imediatamente anterior - (Taxa de variação %)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2024)

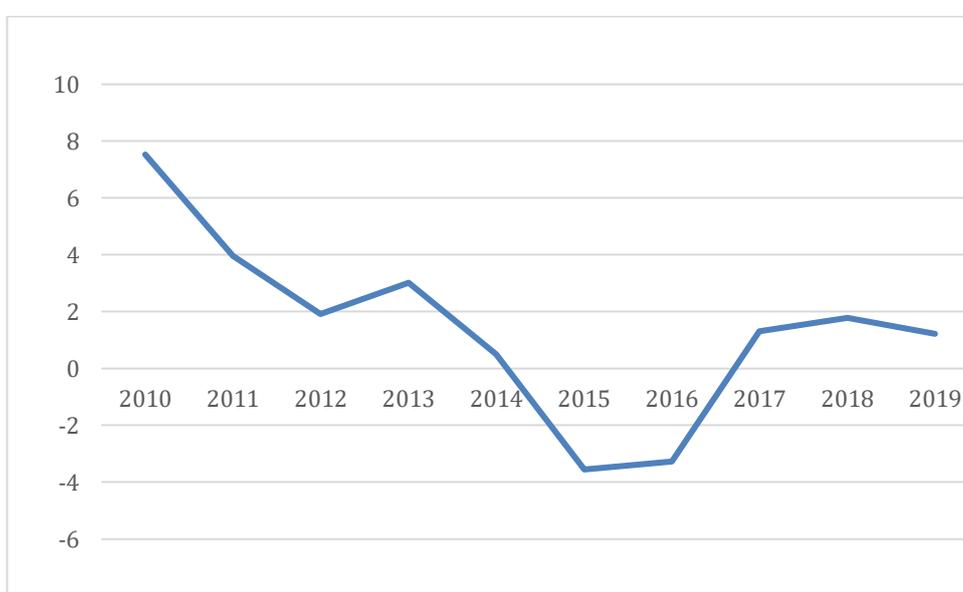
A figura 3 apresenta já em seu início uma tendência de desaceleração do PIB real, que vinha em uma crescente nos anos anteriores. A desaceleração logo culminou na recessão de 2014, que representou uma queda histórica no nível do PIB nacional, chegando a seu pior momento em 2015, quando registrou o menor número da série.

A inflação elevada força o Banco Central a aumentar também a taxa de juros, o que afetou o crescimento econômico, um dos principais pontos positivos no começo

da década. Após o pior período da crise, o nível do PIB tem uma leve melhora, porém, essa recuperação não se mantém nos anos seguintes, onde ela continua lenta e sem grandes resultados para uma economia fragilizada.

Os antecedentes da recessão econômica são vistos na crise americana, que afetou diretamente o Brasil especialmente no fornecimento de crédito para empresas e na redução das exportações nacionais. Além disso, segundo Belluzo e Castro (2012), houve uma queda no investimento estrangeiro e uma desaceleração do PIB.

**Figura 3 – PIB Real - (Variação real anual %)**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA (2024)

Após a crise do subprime em 2008, o país vinha em uma crescente ainda no governo Lula. Já em 2011, porém, começam a surgir alguns contratempos que viriam a culminar na grande recessão. A estagnação no crescimento econômico dos Estados Unidos causava certa ressalva nos investidores devido a volatilidade dos mercados financeiros, afetando diretamente o Brasil por ser um país emergente. Apesar disso, o risco-país mantinha um bom nível. Em 2011 também é quando a Nova Matriz Econômica é instaurada.

Em 2012, como observado na figura 3, há uma desaceleração do PIB nacional, já dando sinais de que as ações tomadas pelo governo ao formular a NME não estavam funcionando como o esperado. O mercado já notava que o país estava

reduzindo seu crescimento, e começou a observar então mais de perto as ações do estado. No ano de 2013 o risco Brasil sobe a um nível maior e com tendência de alta, gerando uma maior incerteza no mercado interno e externo. A inflação começa a subir, como mostra a figura 2, a política econômica adotada segue sem ter um efeito positivo, os gastos públicos aumentam. Nesse ponto, pode-se dizer que teve início a grande recessão.

A partir de 2014, com o crescimento exponencial da dívida pública e com a inflação subindo, o real ficou desvalorizado. De acordo com Almeida (2016) o risco Brasil ficou negativo para os investidores, que observaram uma tendência de alta, decidindo por se afastar do mercado brasileiro. A desconfiança e a incerteza apresentavam claros sinais de recessão econômica. Os investidores, com o maior nível de risco país em anos, acabam saindo do mercado brasileiro, buscando outras nações emergentes para investir seu capital com maior segurança, sem a incerteza econômica e política que pairava o Brasil.

O 2016 marcou a continuação da recessão, com uma alta taxa de desemprego e uma incerteza política ainda maior devido ao impeachment da presidenta Dilma. Contudo, o ano acaba deixando sinais positivos para o ano seguinte. No segundo semestre de 2016, surgem fatores que ajudam na necessária recuperação econômica. A inflação tem uma queda, o que ajuda o BACEN a novamente reduzir as taxas de juros, fortalecendo o crescimento econômico.

Com a mudança de governo e pelos primeiros atos de Temer, entre eles a estabilização da dívida pública, os investidores, apesar do nível do risco país se manter elevado, consideram um retorno para o mercado brasileiro. A confiança do mercado financeiro nas medidas aderidas pelo novo governo, de acordo com Giambiagi (2005) fazem com que os investidores voltem aos poucos a utilizar o mercado brasileiro de ativos. Em razão disso, as empresas começam a demonstrar algum poder de reação para se recuperarem da maior crise econômica enfrentada em décadas.

Em 2017, já passado o pior momento da crise, o nível do risco país apresenta uma tendência de queda, representado pela figura 4, o que dá sinais positivos sobre a retomada da confiança dos investidores. O ano foi marcado como um período de recuperação e transição, pois era um momento em que o novo governo buscava avançar com suas novas propostas, enquanto o mercado observava com atenção

como seria feito esse processo. O ponto positivo foi a queda da inflação, o que contribuiu para uma redução mais drástica da taxa de juros feita pelo Banco Central.

Um ponto chave para a retomada da confiança foi a proposta do governo para a reforma de previdência, algo que atraiu de volta os investidores para o mercado brasileiro. No entanto, em 2018, ano eleitoral, a incerteza voltou a tomar conta. A eleição de Jair Bolsonaro causou dúvida sobre se a reforma teria continuação, ou seria pausada. Em razão disso, o ano foi marcado por um novo momento de preocupação do mercado quanto ao futuro econômico do país.

O risco país de 2019 seguiu a tendência de queda dos anos anteriores, fazendo com que, apesar das desconfianças supracitadas. O governo de Bolsonaro manteve e conseguiu a aprovação para realizar a reforma da previdência, o que foi fundamental para a retomada fiscal do Brasil, mesmo que aos poucos.

**Figura 4 – EMBI+ Risco-Brasil**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA (2024)<sup>1</sup>

Em razão da variação do risco país, também há uma alteração no Índice de Confiança do Empresário Industrial. O ICEI, semelhante ao risco país, é medido através da estabilidade econômica e de uma avaliação do mercado. O Índice de

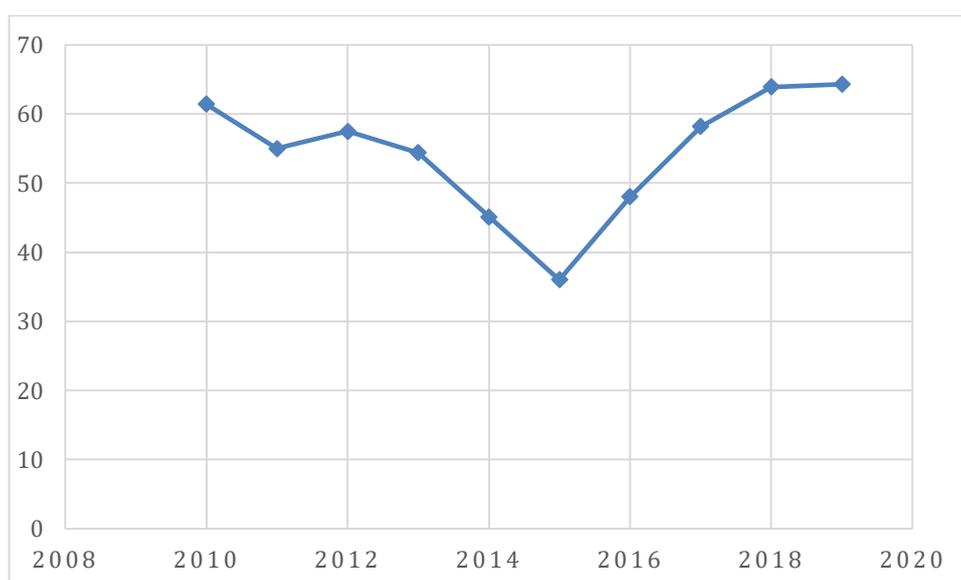
<sup>1</sup> De 0 a 199 pontos, o EMBI+ é considerado de baixo risco de crédito para os investidores. A partir de 200 até 499 pontos, é considerado de risco moderado de crédito para os investidores. De 500 pontos para cima, é considerado de alto risco de crédito para os investidores.

<sup>2</sup>Confiança do Consumidor também é parte essencial da análise desses dois indicadores.

Na figura 5, o ICEI apresenta uma grande queda na confiança no empresário, chegando ao seu pior momento em 2015, com um nível abaixo dos 40 pontos, o que significa um pessimismo do mercado. Simultaneamente, o ICC mostra no mesmo ano a falta de confiança do consumidor, com o nível abaixo de 100, o que significa uma desconfiança com a situação econômica.

O momento de estabilização do risco país a partir de 2016 se conecta com um aumento do ICEI e do ICC no mesmo período. Mesmo que lentamente, os indicadores apresentavam uma melhora importante no mercado brasileiro, seja por uma melhor possibilidade de crédito oriunda dos investidores estrangeiros, ou pelo próprio mercado nacional.

**Figura 5 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI**

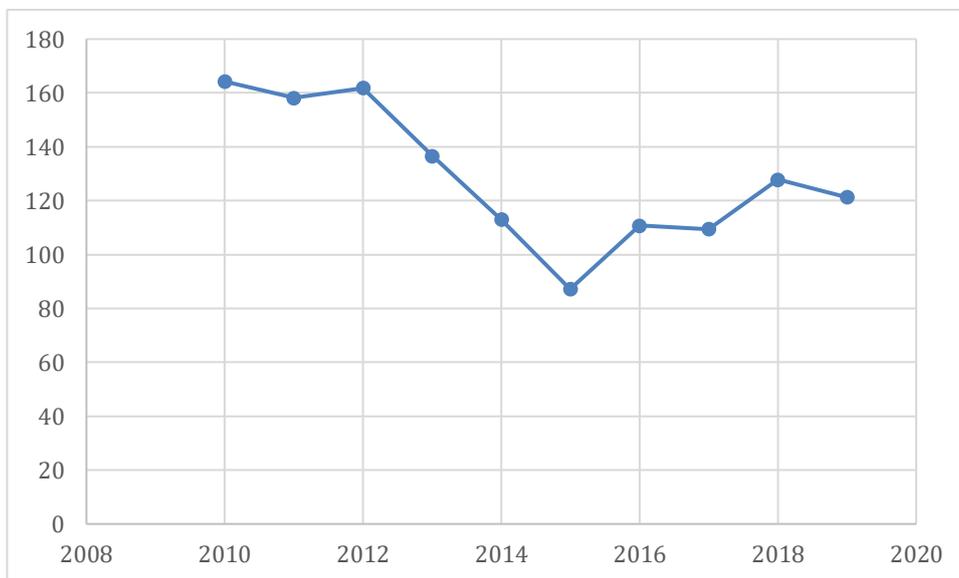


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CNI (2024)

---

<sup>2</sup> EMBI+ é um índice financeiro capaz de medir o risco de obter crédito em países emergentes usando como base os títulos do tesouro dos Estados Unidos.

**Figura 6 – Índice de Confiança do Consumidor – ICC**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Fecomercio SP (2024)

O nível do ICC vai refletir no desempenho do PIB, já que o indicador mostra o quanto as famílias estão dispostas a consumir, sendo está uma das principais formas de medir o crescimento econômico de um país, pois quanto maior é o consumo, maior tende a ser o PIB real de uma economia. A tabela 1 mostra como cada setor se comportou durante a recessão econômica.

O setor do comércio foi o setor com a maior variação da análise. O primeiro ano mostra que a área do comércio é a que teve maior índice positivo. Contudo, os anos seguintes já mostram uma redução neste quesito. Dentro do triênio da recessão, o setor comercial registrou a pior variação da tabela. Isso se deu devido a, entre outros fatores, uma grande queda do consumo da população pela alta taxa de desemprego e a consequente redução da renda das famílias, além da alta dos preços pela inflação, como é apontado por Giambiagi (2019).

O setor de serviços não chegou a um patamar tão alto no seu melhor momento, e nem tão baixo no seu pior. Relatórios do IBGE (2017) apresentam como durante a recessão os serviços foram atrapalhados também pelo baixo consumo e pela alta inflação, seguindo a tendência da economia. Em suma, a população utilizou apenas serviços essenciais, o que prejudicou especialmente as atividades de turismo e lazer.

O setor agropecuário foi o setor que melhor se recuperou da grande recessão. Ele seguiu a tendência contrária ao dos outros setores. Enquanto a indústria e os serviços foram prejudicados pela desvalorização do real, foi em razão disso que houve um aumento exponencial nas exportações. A desvalorização do real contribuiu ao atrair maior competição do mercado internacional pelos produtos como soja e café.

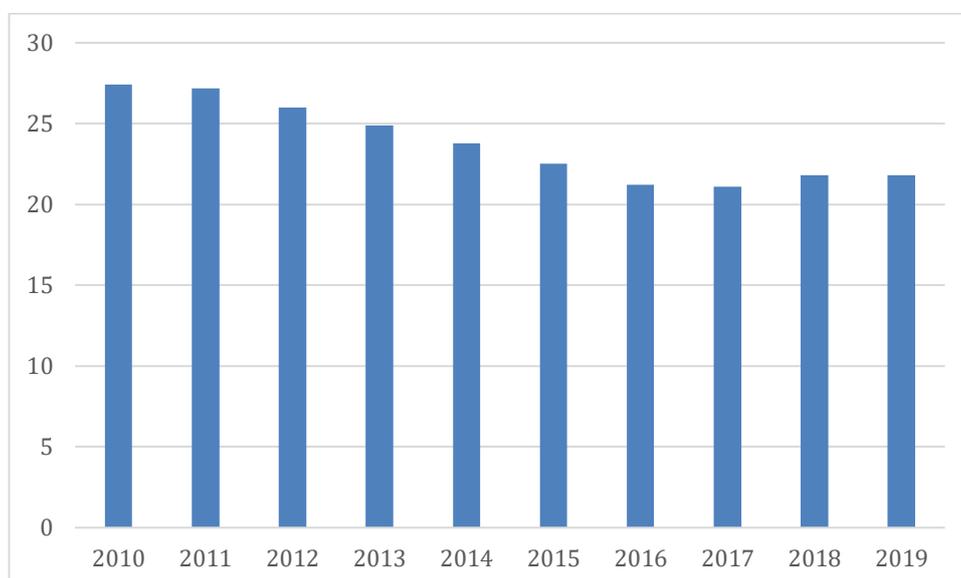
O setor industrial apresenta um grande desempenho no início da análise da tabela 1, no entanto, logo na sequência, já é afetada pelos problemas inflacionários e fiscais que antecederam a crise. No período da recessão, de acordo com De Bolle (2016), a indústria é altamente prejudicada principalmente pelas desconfianças do mercado, desestimulando os investimentos no setor. Outro ponto prejudicial foi a taxa de juros elevada, que impactou no consumo da população e na obtenção de crédito para as empresas. A escassez na demanda interna foi outro ponto fundamental para a grande queda da indústria.

**Tabela 1 – PIB por setores da economia (Variação Anual %)**

Ano	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
2010	10,1	10,8	5,8	6,3
2011	2,7	3,7	2,7	3,9
2012	1	1,5	1,8	-2,3
2013	1	3,6	2,4	3,6
2014	-1,2	1,8	0,7	-2
2015	-8,3	-10,2	-2,7	-5,2
2016	-3,8	-5,8	-2,6	-4,3
2017	2	1,6	1	13
2018	0,5	2,3	1,3	-0,4
2019	1	1,5	1,3	1,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2024)

O efeito do setor industrial no PIB na economia pode ser visto através de sua participação, como apresentado na figura 7. Nela, os dois primeiros anos mostram a indústria com grande protagonismo no produto interno bruto brasileiro. Já a partir de 2013, entra em uma tendência de queda, tendo em 2016 e 2017 suas menores participações, brevemente passando a barreira dos 20%. Em 2018 apresenta pequenos sinais de melhora, mas ainda longe do cenário inicial.

**Figura 7 – Participação da indústria no PIB – (Anual %)**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CNI (2024)

Para além do que já foi supracitado, outras questões relevantes pautam a grande recessão. O fato de a indústria ter entrado em uma queda na produtividade colaborou para o momento da crise. A desindustrialização, oriunda do boom das commodities e da valorização do real, foi outro fator contribuinte para a grande recessão econômica.

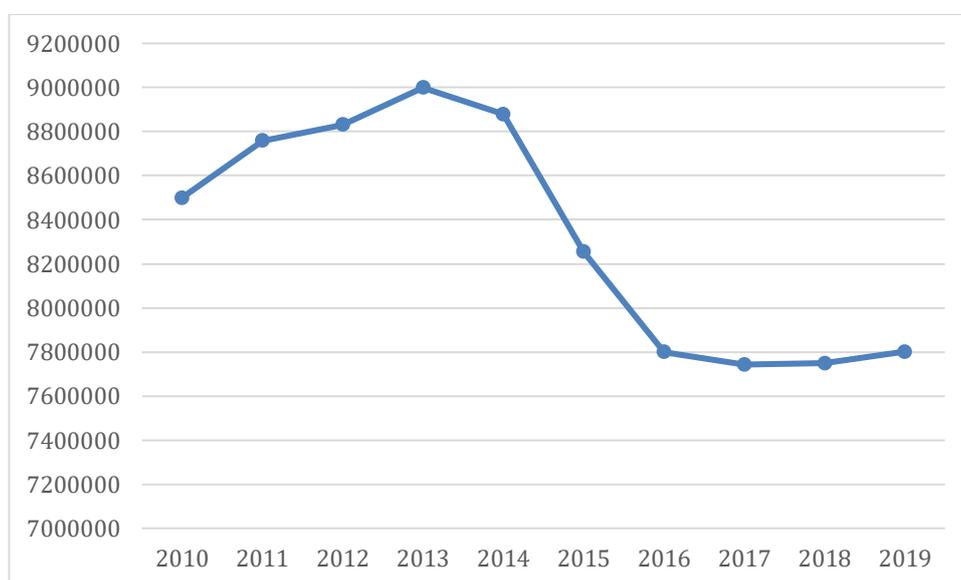
### **4.3 O Emprego Industrial na Recessão Econômica**

Este tópico visa entender como se comportou o emprego na indústria no período da recessão econômica, fazendo uma análise dos vínculos ativos dos anos anteriores até os anos subsequentes da crise. Também nesta seção, será investigado o nível de emprego produzido pelas empresas do setor industrial e a taxa de desemprego da economia separada por setores, e na sua totalidade.

A figura 8 apresenta a quantidade de pessoas empregadas no setor industrial ano a ano da década de 2010. O primeiro ano da análise dá sinais positivos devido ao efeito do boom das commodities e de uma demanda interna aquecida. A partir de 2011 ocorre uma estagnação no crescimento econômico, o que retardou a evolução

no nível do emprego da indústria. Além da estagnação, a valorização do real também atrapalhou o avanço das empresas em gerar empregos pela diminuição nos lucros a partir do momento em que houve uma maior competitividade no mercado.

**Figura 8 – Quantidade de vínculos ativos na indústria em 31/12**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados das Bases Estatísticas RAIS e CAGED (2024)

Apoiado nos fatores já apresentados acima, como o descontrole inflacionário e o mal uso da política econômica com a NME, em 2012 quase não se nota uma evolução no nível de emprego. No entanto, 2013 é o ano com maiores vínculos empregatícios ativos no período. Um motivo para esse fenômeno é que o ano foi marcado por uma grande transformação de vínculos informais para vínculos formais, o que deixou registrado um maior número de pessoas trabalhando com carteira assinada no país.

A mudança para maior quantidade de vínculos formais se deu por alguns fatores, como a evolução do salário mínimo, que no decorrer dos governos de Lula e de Dilma conseguiu uma melhor valorização, o que foi atraente para essa alteração. Outro fator considerável foi o crescimento econômico no período recente ao ano de

2013, marcado pelo boom das commodities e uma maior necessidade de funcionários por parte das empresas.

O ano seguinte já dá indícios de uma tendência de queda do emprego na indústria. A política de elevação das taxas de juros como medida de controle inflacionário resultou no encarecimento do crédito, o que desestimulou investimentos no setor industrial e reduziu o consumo, afetando de forma direta os níveis de emprego na indústria.

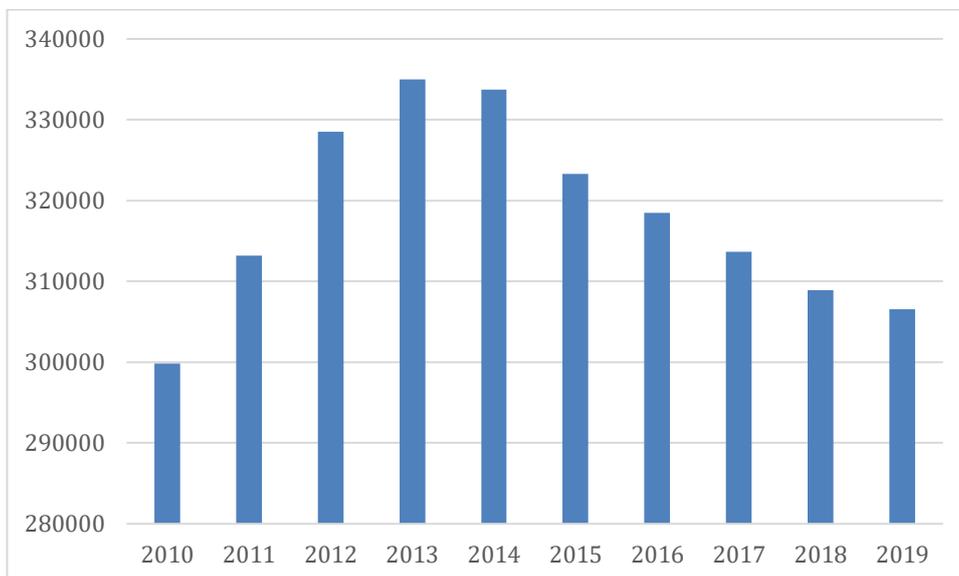
O grande baque no emprego industrial é o ano de 2015, quando há a maior queda na quantidade de vínculos ativos no setor. A recessão já estava em alta, com o PIB brasileiro registrando uma das piores variações na taxa real de crescimento da história.

O 2016 segue a tendência de queda do emprego industrial, com uma redução de mais de 1 milhão de empregados no setor em relação ao período anterior a recessão. O ano não apresentou grandes diferenças no quesito de consumo e de investimento, o que não ajudou a recuperação econômica.

A partir de 2017, quando o Brasil passa por um período de transição após a crise. O emprego industrial se estabiliza, porém, os anos seguintes também não dão sinais de alta, mesmo com a reforma trabalhista entrando em vigor com o plano de elevar a quantidade de pessoas com vínculo empregatício.

Um outro fator que contribuiu para a redução nos vínculos de trabalho na indústria se dá pela quantidade de empresas industriais ativas, que foi amplamente prejudicada pela recessão econômica. No período que antecede a crise, a quantidade de firmas ativas aumenta ano a ano. Entre 2010 e 2013, como mostra a figura 10, há uma expansão em cerca de 35 mil empresas.

No entanto, já a partir de 2014, a quantidade de empresas entra em queda que não foi cessada até o fim do período analisado. A incerteza do mercado internacional devido as mudanças políticas que o país vivia contribuíram para uma queda do investimento nas empresas. Com a falta de suporte, quase 30 mil empresas industriais encerram suas atividades entre 2013 e 2019, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual.

**Figura 9 – Empresas industriais com 1 ou mais pessoas ocupadas**

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2024)

Para mostrar o efeito da redução de empresas e do emprego industrial, a tabela 2 mostra o nível do desemprego na economia, separado por setores e no total. O setor industrial no ano de 2017 registra o maior índice de pessoas desempregadas entre todos os setores estudados. A indústria, como aponta Schumpeter (1942), é muito afetada pelas flutuações econômicas em razão da sua estrutura e da sua necessidade de ser apoiada por investimentos e inovações.

**Tabela 2 – Taxa de desemprego por setores da economia - (Variação anual %)**

Ano	Taxa de Desemprego Total	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
2010	6,7	7,4	6,3	6,2	6,1
2011	6	6,4	5,5	5,6	5
2012	5,4	5,9	5,1	5,3	4,8
2013	6	6,5	5,6	5,4	5,5
2014	6,8	7,6	6	6,3	5,8
2015	9	9,7	9,4	8,5	6,5
2016	11,5	12	11	10,5	8
2017	12,7	13,1	11,9	11,6	8,5
2018	11,9	11	10,2	10,1	8
2019	11,9	10,9	9,7	9,8	8,3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2024).

A concepção de Schumpeter é corroborada por Baer (2008) e se aplica ao contexto industrial da década. Em razão da recessão, muitas empresas industriais acabaram fechando, o que conseqüentemente reduziu a quantidade de empregados no setor. A diminuição no consumo e no investimento afetou todos os setores, mas principalmente o da indústria por sua vulnerabilidade econômica em buscar se adaptar a um cenário adverso, como foi o vivido a partir de 2014.

O setor da agropecuária, como já explicado na tabela 1, foi menos afetado pela recessão do que os demais. Com isso, em nenhum momento o nível de desemprego no setor alcançou mais que 8,5%, representando a menor taxa do quadro.

Os setores do comércio e de serviços apresentam tendências semelhantes entre si. Para ambos, tal como na indústria, a alta dependência do consumo interno, que decaiu exponencialmente durante a crise, foi um grande fator pela elevação do desemprego nos respectivos setores.

O 2017 marca o pior ano do mercado de trabalho. Todos os setores da economia registraram sua maior taxa de desemprego nesse ano, assim como o país como um todo. Em suma, 2017 foi o resultado dos três anos anteriores de recessão, acumulando todos os grandes problemas oriundos da crise e refletindo em um ano que o país já dava sinais positivos de uma recuperação econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a recessão econômica de 2014-2016 pela ótica do emprego industrial. Para alcançar os resultados, foram avaliadas as políticas industriais implantadas no país em um contexto mais histórico, a conjuntura econômica no momento prévio e no momento posterior a crise, e a atividade do setor da indústria no Brasil.

No momento da análise das políticas industriais implantadas no país, pode-se notar dois tipos de políticas utilizadas no decorrer dos anos, sendo elas as políticas verticais e as políticas horizontais. A política vertical predominou pela maior parte do tempo, tendo início em 1930, sendo substituída por uma política horizontal apenas no começo da década de 1990.

Na década de 2010, a instauração da política da Nova Matriz Econômica, somada ao alto nível de gasto público que colocou o país em uma situação de déficit fiscal contribuiu para a chegada da recessão no Brasil. Para tentar conter a crise, foi utilizada uma política de austeridade fiscal juntamente de um aumento da taxa de juros para controlar a inflação. As medidas não conseguiram impulsionar o país de volta para onde ele se encontrava na década anterior, com uma taxa de crescimento positiva, mas serviu para reduzir os efeitos de uma recessão, que em apenas três anos foi uma das piores da história do país.

O cenário imediatamente anterior à crise já apresentava tendências negativas, em especial a partir de 2012, quando o crescimento anual do PIB entrou em queda, enquanto a inflação entrava em alta. Indicadores como o PIB real e o risco país mostram que já existiam sinais de uma recessão se aproximando, contudo, as respostas do governo não surtiram o efeito esperado e culminaram na crise.

Dentro do triênio da crise, o ano de 2015 registrou o menor nível de confiança do consumidor, o que cooperou para a pior variação do PIB real e do PIB por setores no período apresentado, além da maior taxa de inflação desde o início dos anos 2000, alcançando 10,67%. O fim de 2015 e começo de 2016 também marcou o momento de maior risco de crédito para os investidores do mercado internacional, o que foi mais um fator prejudicial para as empresas em especial, por não conseguirem boas oportunidades de crédito para se sustentarem durante a grande recessão.

O cenário posterior a crise apresenta uma fraca e lenta recuperação da economia, com o PIB crescendo de forma desacelerada e uma participação da indústria no PIB bem diminuta, além de um baixo nível de ICC, mantendo o consumo interno reduzido. Contudo, existiam alguns sinais positivos, como o índice de confiança do empresário industrial, que cresceu a ponto de em 2018 registrar o maior nível de confiança da década, além do setor agropecuário, que foi o que melhor lidou com a crise, sendo menos afetado que os demais setores da economia por ter maior poder de exportação com a desvalorização do real.

Já de acordo com a análise feita em relação ao emprego industrial, foi observado como a quantidade de empresas industriais diminuiu no período da recessão, o que colaborou para a redução simultânea de empregados no setor. A queda do emprego na indústria foi de quase 15% entre 2013 e 2016, sendo também o setor mais afetado pelo desemprego no período, alcançando uma taxa de 13,1% no ano de 2017, ano este com a maior taxa de desemprego da década.

## REFERÊNCIAS

Além, A.; Giambiagi, F. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2015.

Almeida, R.; Gorgulho, M. **Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2014.

Almeida, M. **Desafios da Política Fiscal no Brasil: Uma Perspectiva Histórica**. Brasília: IPEA, 2016.

Bacha, E. A Crise Fiscal e Monetária Brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 35, no. 2, 2015.

Baer, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. São Paulo: USP, 2014.

Baer, W. **The Brazilian Economy: Growth and Development**. Westport: Praeger, v. 6, 2008.

Baer, W. **The Brazilian Economy: Growth and Development**. Westport: Praeger, v. 5, 2001.

Barbosa, F. **O Flagelo da Economia de Privilégios: Brasil, 1947-2020**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

Belluzo, L.; Castro, B. **Crise e Oportunidade: A Economia Brasileira e os Desafios da Consolidação do Crescimento**. São Paulo: Unesp, 2012.

Bonelli, R. **Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes**. São Paulo: Atlas, 2005.

Bresser-Pereira, L.C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: 34, 2003.

Bresser-Pereira, L.C. **Globalização e Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Canêdo-Pinheiro, M. Experiências Comparadas de Política Industrial no Pós-Guerra: Lições para o Brasil. *In: Veloso et al (org.)*. **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 381-404

Cardoso, R. Política econômica, reformas institucionais e crescimento: a experiência brasileira (1945-2010). *In: Veloso et al (org.)*. **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 6, p. 166-208.

Carvalho, L. **Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

Dean, W. **A Industrialização de São Paulo, 1880-1945**. São Paulo: Difel, 1971.

De Bolle, M. **Como Matar a Borboleta Azul: Uma Crônica da Era Dilma**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

Fausto, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2014.

Ferreira, P. O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra. *In: Veloso et al (org.)*. **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 5, p. 129-162.

Filgueiras, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Furtado, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Giambiagi, F. A nova matriz econômica e os resultados econômicos do governo Dilma. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, 2015.

Giambiagi, F. **Economia Brasileira Contemporânea: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

Giambiagi, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Giambiagi, F.; Pinheiro, A. **Além da Euforia: Riscos e Limites do Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Gil, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços: Impactos da Recessão no Setor de Serviços**. Rio de Janeiro, 2017.

Kubitschek, J. **Por Que Construí Brasília**. Rio de Janeiro. Bloch Editores, 1975.

Lakatos, E.; Marconi, M. **Fundamentos Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

Landes, D. **The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present**. Cambridge: University Press, 1969.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – MDIC. **A Política de Desenvolvimento Produtivo**. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – MDIC. **Plano Brasil Maior**. Brasília, 2011.

Mokyr, J. **The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress**. Oxford: University Press, 1990.

Oreiro, J.; Feijó, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2010.

Oreiro, J. Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz. **Economia e Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 23, n. 3, 2014.

Sawyer, M. Fiscal and Interest Rate Policies in the 'new consensus' Framework: a Different Perspective. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 31, n. 4, 2009.

Schumpeter, J. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Brothers, 1942.

Solow, R. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 70, n. 1, 1956.

Solow, R. Technical Change and the Aggregate Production Function. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 39, n. 3, 1957.

Souza, N. **Economia Brasil Contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

Suzigan, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

Veloso, F. et al. **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Villela, A. O desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. *In*: Veloso et al (org.). **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. 3, p. 63-86.

Villela, A. O desenvolvimento econômico no Brasil pré-1945. *In: Veloso et al (org.).*  
**Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira.** Rio de Janeiro:  
Elsevier, 2013. cap. 4, p. 91-125.